

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

11ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 11ª Emissão de Debêntures da LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
- CNPJ/MF: 60.444.437/0001-46
- Diretor de Relações com Investidores: Sra. Ana Marta Horta Veloso
- Atividades: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (iv) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a Companhia realizar qualquer das atividades previstas em seu objeto social; (v) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (vi) participar em outras sociedade como sócia, acionista ou quotista.

Características da Emissão

- Emissão: 11^a
- Séries: Única
- Data de Emissão: 13/06/2016
- Data de Vencimento: 13/06/2018
- Banco Escriturador/ Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN: LIGHA1/ BRLIGHDBSOF2
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.

- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados ao pagamento parcial do valor do principal da 3ª emissão de notas promissórias da Emissora. Para o pagamento do valor relativo aos juros da 3ª emissão de notas promissórias da Emissora serão utilizados recursos próprios da Emissora.
 - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.
 2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 22/03/2016, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) artigo 12, caput, para refletir a consolidação das Diretorias de Gente e Gestão Empresarial e dividir a Diretoria de Distribuição em duas Diretorias chamadas Diretoria Comercial e Diretoria de Engenharia; (ii) artigo 15, inciso III e alíneas 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p', 'q', 'r', 's', 't', referente ao Diretor de Gente e Gestão Empresarial; (iii) inciso IV do artigo 15, para definir e realocar as atribuições do Diretor de Gente e Gestão Empresarial; (iv) inciso V do artigo 15, e alíneas 'h', 'i', 'j', para definir e realocar as atribuições do Diretor Comercial; e (v) inciso VI do artigo 15, alíneas 'a', 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i', 'j', para definir e realocar as atribuições do Diretor de Engenharia.
 3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

➔ Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;

- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado holding;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- Liquidez Geral: de 0,81 em 2015 para 0,84 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 0,95 em 2015 para 0,85 em 2016;
- Liquidez Seca: de 0,94 em 2015 para 0,84 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,83 em 2015 para 0,73 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 2,2% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou aumento de 1,6% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 5,6% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante redução de 5,6% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 0,3% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 4,05% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

13/09/2016 – R\$ 1.250,000000

13/12/2016 – R\$ 1.250,000000

Juros:

13/09/2016 – R\$ 453,284519

13/12/2016 – R\$ 374,434724

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

Quantidade em circulação: 17.500

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 17.500

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. **Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora:** (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Fiadora (Light S.A.) obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros elencados no item 7.2.1, alínea “(xiii)” da Escritura de Emissão.

Relatório com Cálculo dos Covenants Financeiros	dezembro/16
Relação da Cobertura de Juros	Período últ. 12m
	R\$ Mil
Ebitda	1.426.797
(-) Provisões	217.057
(-) Outras Provisões	6.438
(-) Valor justo do Ativo Financeiro	20.285
Ebitda ajustado	1.670.577
(+) CVA	-
Ebitda com CVA (s/ provisões)	1.670.577
Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos (b)	712.379
índice = (a) / (b) deve ser maior que 2,0	2,35

Relação entre o Total da Dívida Líquida e o EBITDA	Período últ. 12m
EBITDA (a) C /CVA	
COVENANTS Dez16:	
Dívida Light	6.943.759
Braslight	48.308
Total da Dívida Bruta Light s/Braslight	6.895.451
Caixa (conta corrente + aplicações) inclui bloqueados	681.156
Resultado de Swap	(90.601)
Total da Dívida Líquida	6.214.295
EBITDA (calculado conforme demonstrado acima) - (b) c/ CVA	1.670.577
índice = (a) / (b) deve ser menor que 3,75	3,72

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **LIGHT ENERGIA S.A.**

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R\$ 425.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 425;
- Espécie: quirografária com garantia fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 19/08/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) Fiança prestada por Light S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

19/08/2016 – R\$ 250.000,000000

Juros:

19/02/2016 – R\$ 74.010,372000

19/08/2016 – R\$ 75.214,327000

(ii) Denominação da companhia ofertante: **LIGHT ENERGIA S.A.**

- Emissão: 3ª. (Privada)
- Valor da emissão: R\$ 30.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 30;
- Espécie: quirografária com garantia fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 04/06/2026;

- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) Fiança prestada por Light S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
Amortização:
04/06/2016 – R\$ 83.300,000000
 - Juros:
04/06/2016 – R\$ 67.272,947116
- (iii) Denominação da companhia ofertante: LIGHT ENERGIA S.A.**
 - Emissão: 4ª.
 - Valor da emissão: R\$ 100.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 100.000;
 - Espécie: quirografária com garantia fidejussória;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 16/11/2017;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) Fiança prestada por Light S.A.;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.
- (iv) Denominação da companhia ofertante: COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG**
 - Emissão: 3ª.
 - Valor da emissão: R\$ 100.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 10.000;
 - Espécie: quirografária;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 29/04/2018;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
Amortização:
29/04/2016 – R\$ 3.333,000000
 - Juros:

29/01/2016 – R\$ 122,622160
29/02/2016 – R\$ 105,763960
29/03/2016 – R\$ 111,361419
29/04/2016 – R\$ 122,565520
30/05/2016 – R\$ 74,244658
29/06/2016 – R\$ 81,714432
29/07/2016 – R\$ 81,714432
29/08/2016 – R\$ 77,978505
29/09/2016 – R\$ 81,714432
31/10/2016 – R\$ 77,567971
29/11/2016 – R\$ 69,399823
29/12/2016 – R\$ 79,246122

- (v) Denominação da companhia ofertante: **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**
- Emissão: 8ª. (Privada)
 - Valor da emissão: R\$ 470.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 470;
 - Espécie: quirografária com garantia fidejussória adicional;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 04/06/2026;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) Fiança prestada por Light S.A.;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
 - Amortização:
 - 04/06/2016 – R\$ 83.300,000000

 - Juros:
 - 04/06/2016 – R\$ 67.272,947116
 - 04/12/2016 – R\$ 61.922,86176600
- (vi) Denominação da companhia ofertante: **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**
- Emissão: 10ª.
 - Valor da emissão: R\$ 750.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 75.000;
 - Espécie: quirografária com garantia fidejussória adicional;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 09/05/2020;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) Fiança prestada por Light S.A.;

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

09/05/2015 – R\$ 776,765100

09/11/2015 – R\$ 802,573600

Prêmio:

04/04/2016 – R\$ 11,248396

27/05/2016 – R\$ 11,670000

25/08/2016 – R\$ 7,157963

02/12/2016 – R\$ 7,44414895

Evento Genérico:

08/12/2016 – R\$ 0,74

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e equivalentes de caixa	3	561.804	257.570
Títulos e valores mobiliários	4	7.806	8.097
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	5	2.099.547	2.052.578
Tributos e contribuições	6	113.372	82.608
Imposto de renda e contribuição social	6	78.646	60.522
Ativos financeiros do setor	8	-	568.675
Estoques		33.628	32.212
Rendas a receber swap	33	56.688	85.298
Serviços prestados a receber		89.064	23.223
Despesas pagas antecipadamente		27.563	24.283
Outros créditos	10	208.317	224.062
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		3.276.435	3.419.128
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	5	343.904	163.942
Tributos e contribuições	6	72.883	81.963
Tributos diferidos	7	577.041	483.460
Ativos financeiros do setor	8	-	43.001
Ativo financeiro de concessões	9	3.234.339	2.932.833
Rendas a receber swap	33	81.673	288.292
Depósitos vinculados a litígios	18	257.179	238.493
Outros créditos	10	-	2.147
Investimentos	11	24.323	19.264
Imobilizado	12	248.497	269.331
Intangível	13	3.725.571	4.054.457
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.565.410	8.577.183
TOTAL DO ATIVO		11.841.845	11.996.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores	14	1.139.704	1.333.953
Tributos e contribuições	15	288.735	340.462
Imposto de renda e contribuição social	15	828	752
Empréstimos e financiamentos	16	1.151.236	1.198.695
Debêntures	17	163.760	83.874
Passivos financeiros do setor	8	440.533	-
Rendas a pagar swap	33	43.312	-
Obrigações estimadas		52.165	46.622
Outros débitos	21	568.223	610.199
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		3.848.496	3.614.557
Empréstimos e financiamentos	16	1.792.889	2.170.766
Debêntures	17	2.893.922	2.840.857
Rendas a pagar swap	34	44.588	720
Tributos e contribuições	15	169.789	183.183
Passivos financeiros do setor	8	84.168	-
Provisões	18	414.699	537.471
Benefícios pós-emprego	20	45.859	35.305
Outros débitos	21	61.409	64.017
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.507.323	5.832.319
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23	2.314.365	2.189.365
Reservas de capital	23	7.277	7.277
Reservas de lucro	23	261.506	446.331
Outros resultados abrangentes	23	(97.122)	(93.538)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.486.026	2.549.435
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.841.845	11.996.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	2016	2015 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	27	8.657.674	10.016.227
CUSTO DA OPERAÇÃO	29	(7.595.565)	(8.560.117)
Energia comprada para revenda	30	(5.875.922)	(6.830.996)
Pessoal		(207.097)	(171.632)
Materiais		(15.760)	(13.119)
Serviços de terceiros		(331.233)	(283.888)
Depreciações e amortizações		(391.417)	(356.382)
Custo de construção		(889.632)	(936.829)
Outras receitas e despesas/ custos		115.496	32.729
LUCRO BRUTO		1.062.109	1.456.110
DESPESAS OPERACIONAIS	29	(674.154)	(759.040)
Despesas gerais e administrativas		(621.080)	(708.193)
Outras receitas		2.126	343
Outras despesas		(55.200)	(51.190)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		387.955	697.070
RESULTADO FINANCEIRO	31	(664.515)	(757.359)
Receita		104.154	545.411
Despesa		(768.669)	(1.302.770)
PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL		(276.560)	(60.289)
Imposto de renda e contribuição social corrente	32	-	1.393
Imposto de renda e contribuição social diferido	32	91.735	19.738
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(184.825)	(39.158)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	26	(0,00086)	(0,00019)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Light Serviços de Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes à demonstração do resultado, referente ao exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* e no CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

"Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita – fornecimento de energia elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 27 às demonstrações financeiras, o faturamento do fornecimento de energia elétrica, que compõe a principal receita da Companhia, é complexo em função do volume, da pulverização e das diferentes tarifas e tipos de clientes, o que resulta em uma elevada dependência de sistemas de informação, de modo a contemplar a totalidade dos consumidores.

Além disso, a valorização da receita tem que estar em conformidade com os critérios estabelecidos e homologados pelo órgão regulador, principalmente no que tange à classe dos consumidores e tarifas estabelecidas para o período de fornecimento. Ao final do processo, de faturamento, a sua adequação contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e contábil.

Para endereçar os riscos significativos que envolvem principalmente a mensuração e reconhecimento de receita, dentre outros, os seguintes procedimentos de auditoria foram executados: avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relevantes do faturamento e da receita; envolvimento dos nossos especialistas de TI para reprocessamento amostral da receita, considerando a tarifa e a classe do consumidor; teste de valorização da receita, através do confronto dos valores reconhecidos pela entidade, com as expectativas de consumo geradas a partir de nosso conhecimento da indústria; testes com base em amostragens, da exatidão e integridade dos saldos, através de confronto de documentos com os dados de consumo individual do departamento comercial e da análise das tarifas cobradas com as efetivamente autorizadas pelo órgão regulador; e teste da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil.

Provisão para riscos e passivos contingentes

A Companhia possui um número muito elevado de processos e questionamentos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, cujos desfechos não estão sob controle da mesma (notas explicativas nº 18 e 19). Em função disso, a Companhia, em conjunto com seus assessores legais, precisa exercer um elevado grau de julgamento sobre a avaliação de riscos sobre os prognósticos e valores em risco para cada processo judicial ou administrativo. Devido principalmente ao exposto, parte dessas causas podem não ter seus prognósticos avaliados pelos assessores legais em tempo hábil para que sejam tempestivamente informadas ao departamento jurídico da Companhia e, conseqüentemente, não serem registradas na competência correta. Adicionalmente, as informações de cada assessor jurídico precisam ser analisadas, consolidadas e integradas com a contabilidade.

Para endereçar o risco significativo relativo a provisão para riscos e passivos contingentes, dentre outros, os seguintes procedimentos de auditoria foram executados: avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o ciclo de contingências; envio de confirmação independente para os advogados externos responsáveis pelos processos e questionamentos em curso e verificação da consistência entre essas respostas e os controles da Companhia, além da análise qualitativa das respostas; discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos mais representativos; análise de legal opinion independente obtidos pela Companhia para os processos cuja definição do prognóstico envolvia maior grau de julgamento; e revisão das informações incluídas na divulgação dos passivos contingentes nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Realização de créditos diferidos

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia possui valores elevados de créditos diferidos ativos referentes à prejuízos fiscais, base negativas e diferenças temporárias. A análise sobre o registro desses valores inclui alto grau de julgamento e estimativas pela Administração da Companhia, uma vez que é necessário que a mesma realize projeções, com premissas subjetivas, e possua lucros tributários futuros e passivos fiscais diferidos para a realização de tais créditos.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar o risco significativo que envolve a realização do crédito fiscal diferido foram, dentre outros: avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento e o acompanhamento dos créditos fiscais diferidos; envolvimento de nossos especialistas de valorização para a revisão das principais premissas e metodologia utilizadas pela Administração nas projeções para fins de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos, tais como as projeções de lucros tributários futuros; e análise dos resultados de 31 de dezembro de 2016 em comparação com às projeções aprovadas pela Companhia.

Mudanças de políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Conforme mencionada na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras e na ênfase relacionada à reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reavaliou algumas práticas contábeis adotadas e procedeu em alterações de políticas contábeis em 31 de dezembro de 2016 e reclassificações conforme preconiza o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A Companhia alterou a classificação do valor justo do ativo indenizável da concessão e das receitas de multas cobradas por inadimplência dos seus clientes, que anteriormente eram classificados como receitas financeiras para receita líquida e outras receitas operacionais, respectivamente.

Nossos procedimentos relacionados às alterações de políticas contábeis efetuadas pela Companhia foram, dentre outros: avaliação das mudanças à luz dos CPCs e os IFRSs aplicáveis de modo a corroborar que as mudanças de práticas efetuadas pela Companhia são de fato aceitas, efetuando consulta formal aos nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade; desafiamos os argumentos técnicos utilizados pela Administração para definição das novas políticas contábeis verificando se na visão da Companhia a alteração refletiria de modo mais fidedigno o desempenho operacional e suas divulgações financeiras; verificamos a nova política contábil formal e as devidas aprovações requeridas pelos órgãos de governança da Companhia; obtivemos o entendimento e verificamos as reclassificações e seus efeitos nas demonstrações do resultado e do valor adicionado bem como das implicações ocorridas nos exercícios anteriores; e avaliamos a adequação da divulgação requerida nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e balanço social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange essas outras informações e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler essas outras informações e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante nessas outras informações somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8-"F" RJ

John Alexander Harold Auton
Contador
CRC 1RJ 078.183/O-2